

NOTAS SOBRE O PROJETO "LEVANTAMENTO E CATALOGAÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA"

*José Claudinei Lombardi **

Resumo Em 1991 o Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", sediada na Faculdade de Educação da UNICAMP, optou por iniciar um amplo projeto de "Levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias da educação brasileira (para uso de historiadores da educação e outros pesquisadores)", envolvendo pesquisadores de 15 (quinze) Estados. O presente trabalho, produto do percurso realizado desde então, aprofundará as discussões em torno do referido projeto, abordando os seguintes aspectos: (1) a relação do projeto com os debates contemporâneos da historiografia educacional brasileira, particularmente aqueles relacionados à pesquisa com fontes; (2) os aspectos básicos do projeto em desenvolvimento (objetivos, abrangência, metodologia adotada, etc); (3) finalmente, algumas reflexões sobre o projeto e as principais dificuldades encontradas pelas 17 (dezesete) equipes de trabalho.

Palavras-chave: Levantamento de fontes históricas; catalogação de fontes históricas; história da educação brasileira; fontes primária e secundárias de história da educação.

Abstract In 1991 the Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", of the Faculty of Education of UNICAMP, started a project of "Retrieval and cataloging of primary and secondary sources of Brazilian education (for use by historians of education and other researchers)", involving researchers from fifteen States. The present paper, a product of the journey accomplished up until now, will delve into the discussion about this project, treating the following aspects: (1) the relation of the project to the contemporary debates of Brazilian educational historiography, especially those related to research through sources; (2) the basic aspects of the project under development (objectives, breadth, methodology, etc.); (3) and finally, some comments about the project and the main difficulties encountered by the seventeen Study Groups.

Descriptors: Retrieval of historical sources; cataloging of historical sources; history of Brazilian education; primary and secondary sources of history of education.

Introdução

O presente trabalho expõe os aspectos básicos do projeto "Levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias da educação brasileira (para uso de historiadores da educação e outros pesquisadores)", desenvolvido pelo "Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" - um coletivo de pesquisa, sediado na Faculdade de Educação da UNICAMP, que no início do projeto (em 1991) envolveu a participação de 15 (quinze) Grupos de Pesquisa de 14 (quatorze) Estados brasileiros. Em dezembro de 1993 a participação era de 17 (dezesete) equipes de pesquisadores de 15 (quinze) Estados; e no momento (setembro/

94), o projeto está sendo desenvolvido por 20 (vinte) Grupos de Pesquisa, em 17 (dezesete) Estados.

Objetivando expor o desenvolvimento desse projeto nacional de pesquisa, o presente texto se concentrará sobre os seguintes aspectos: a) inicialmente, exporá os debates contemporâneos da historiografia educacional brasileira, particularmente aqueles relacionados com a pesquisa com fontes; b) em seguida, exporá os principais aspectos do projeto de levantamento e catalogação de fontes (objetivos, abrangência, metodologia adotada, etc); e c) finalmente, apresentará os resultados

* Professor da Faculdade de Educação da UNICAMP

parciais até agora obtidos e as dificuldades encontradas no desenvolvimento da pesquisa, conforme dados do relatório de julho/94.

Apesar do conhecimento/consciência dos importantes debates que têm sido travados no interior da historiografia educacional, reveladores das diferentes concepções de História e quanto ao trabalho científico do historiador - e que também se refletem na pesquisa com fontes - não há como abordá-los de forma mais direta no presente trabalho que apenas tangenciará algumas de suas questões.

O debate sobre a questão das fontes da pesquisa educacional no Brasil

Um aspecto interessante a observar quanto aos debates sobre a questão das fontes da pesquisa histórico-educacional e quanto aos trabalhos voltados ao seu levantamento e catalogação, é que eles se têm concentrado a partir de três iniciativas: a) as motivadas pelo trabalho individual e/ou coletivo de pesquisadores preocupados com a questão das fontes, geralmente ligados a alguma instituição universitária; b) aquelas vinculadas direta ou indiretamente à atuação do INEP e que tiveram início com a instalação do órgão em 1938; c) aquelas realizadas a partir da instalação do Grupo de Trabalho em História da Educação da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação), criado em 1984.

Apesar de a bibliografia apontar que as primeiras iniciativas institucionais de trabalhar com fontes e documentos tenham sido do INEP, desde sua implantação em 1938, as indicações são de que desde muito antes dessa data, se deram algumas iniciativas individuais e/ou coletivas de pesquisadores preocupados com a questão das fontes no Brasil. Merece destaque nesse

particular o esforço dos intelectuais positivistas brasileiros que, desde o final do Séc. XIX, buscaram respaldar o conhecimento que produziram sobre o Brasil em amplas pesquisas com fontes documentais diversas. Somente para exemplificar, são conhecidas as preocupações neste sentido de Euclides da Cunha que assim se manifestou: quando no Brasil os historiadores passarem a se basear em documentos, deixaremos "de ter... 'anais, como os chineses'", pois, ao assim fazer, não faltaria à nossa História "a pintura sugestiva dos homens e das coisas ou os travamentos das relações e costumes que são a imprimidura indispensável ao desenrolar dos acontecimentos" (*Apud* Venâncio Filho, 1945, p. 374). José Veríssimo, por seu turno, foi enfático ao reconhecer que no Brasil o trabalho histórico começou pela síntese, sem antes ter sido realizado qualquer trabalho crítico de textos e documentos ou de um trabalho preliminar de erudição minuciosa e segura (*Apud* Venâncio Filho, 1945).

Fazendo uma rápida revisão da bibliografia disponível, uma das primeiras preocupações mais sistematizadas sobre a pesquisa histórico-educacional foi a de F. Venâncio Filho, em artigo publicado em 1945 (Venâncio Filho, 1945), no qual o autor manifesta sua preocupação pelo fato de a História da Educação produzida no Brasil não ter feito "a análise minuciosa dos documentos" e nem sequer ter-se tentado "sistematicamente um levantamento das jazidas deles" (p. 369).

Um quarto de século depois, em 1971 Aparecida J. Gouveia (1971) publicou artigo, no qual apresenta os resultados de um levantamento sobre a pesquisa educacional produzida no Brasil entre 1965 e julho de 1970. Sobre os temas das pesquisas, observa que geralmente não passam de caracterização e perfil dos agentes envolvidos no processo educacional. Praticamente não observa nenhum esforço

de pesquisa histórica e analítica. Quanto à metodologia, afirma que

os estudos, em sua maioria, são exploratórios e descritivos... não passam de simples levantamento de dados... que raramente servem a fins teóricos e freqüentemente nem sequer são utilizados para fins práticos imediatos (Gouveia, 1971, p. 213).

Gouveia (1971) observa ainda que, de modo geral, as pesquisas "não se orientam por uma metodologia capaz de qualificá-las como tal" (p. 213).

Francisco da Gama Caiero, em 1978, informa a incorporação à "Seção de Documentação e Informação", da Faculdade de Educação da USP (Universidade de São Paulo), de acervo documental de cópias microfilmadas de documentos mantidos em arquivos portugueses, referente à História da Educação Brasileira. Entendendo que o estudo da História da Educação era essencial para o conhecimento "das realidades educativas atuais", Caiero (1978), defendeu que para a organização dos estudos na área da História, era fundamental "conhecer a documentação - e a ela ter o respectivo acesso" (p. 36). De acordo com sua impressão, a pesquisa documental no Brasil era "um manancial quase inexplorado" (p. 38), posto que ainda existia "por realizar... um amplo e prolongado trabalho de pesquisa em primeira mão" (p. 60-61). No ano seguinte, em outro artigo, Caiero (1979) informa nova incorporação de documentos sobre a educação brasileira, mas que esses "representam mínima parte do riquíssimo material existente em arquivos e bibliotecas portuguesas", o que exigiria a continuidade desse tipo de trabalho (p. 120). Alerta que novas orientações metodológicas recomendavam "a colheita de outros gêneros de documentação" que possibilitariam o entendimento

de "inter-ligações esclarecedoras das concepções educativas e culturais lato sensu, nas diferentes épocas" (p. 120-121).

Em 1987 foi publicado o "Catálogo Bibliográfico da Educação Sul-mato-grossense" (Alves e Galinari, 1987). Nesse catálogo bibliográfico, resultado do Projeto "Memória da Educação Sul-Mato-Grossense", financiado pelo MEC/INEP, foram arroladas obras relativas a Mato Grosso do Sul constantes de acervos de várias Bibliotecas. Para os autores, "o arrolamento dessa bibliografia e sua difusão... são tarefas prévias e essenciais à pesquisa científica... porque seus resultados permitem nutrir a comunidade científica como um todo e criam as condições para o avanço do conhecimento relativo à região" (Alves, 1987, p. 22). Considerando, portanto, o Catálogo como um instrumento potencializador de pesquisas sobre a região, esperavam que o conhecimento da bibliografia se constituísse num "mecanismo de intervenção positiva" sobre a qualidade e diversidade do conhecimento produzido (p. 22), que tinha por objetivo racionalizar os esforços iniciais de levantamento bibliográfico e de viabilizar a eliminação de duplicações de trabalhos, temas e períodos já estudados.

A primeira iniciativa institucional no campo de trabalho documental e no estímulo/realização de pesquisas histórico-educacionais foi feita, no Brasil, pelo INEP, órgão criado em 1937, com a denominação de "Instituto Nacional de Pedagogia" (Lei 378, de 13/01/1937). Esse órgão, porém, só foi instalado em 1938 e rebatizado como "Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos". De acordo com Costa, por volta de 1940, o INEP já dispunha de documentação que lhe possibilitava oferecer subsídios para a organização do ensino primário e normal em todos os Estados brasileiros; por outro, nessa mesma época se dedicava "pioneiramente à preservação da memória

histórica da educação brasileira" (Costa e Ferreira, 1984, p. 244-245).

No transcorrer da década de 1950, a atuação do INEP voltou-se para a "criação do Subsistema de Informações Documentais e Bibliográficas, em Educação, sendo utilizada a linguagem do "Thesaurus EUDISED (European Documentation System for Education)", adaptado ao português com a seleção e conceituação de termos específicos ao sistema educacional brasileiro (Costa e Ferreira, 1984, p.245). Objetivando um conhecimento mais profundo da vida e da cultura brasileiras, em 1955 o INEP criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educa-cionais (CBPE), que se desdobrou em Centros Regionais (instalados no Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte). Data de 1956, numa iniciativa conjunta do CBPE/INEP/ MEC, o "Levantamento das pesquisas realizadas ou em realização no Brasil". Em 1972 o INEP foi reestruturado passando a denominar-se "Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais". Em 1976 transferiu-se do Rio de Janeiro para Brasília, passando a englobar entre suas finalidades a de "operar e desenvolver o Sistema de Informações Bibliográficas em Educação, Cultura e Desporto" (Costa e Ferreira, 1984, p. 245).

Novamente, em 1984, o INEP foi reformulado, sendo que as atividades relativas à Documentação e Informação, centraram-se no programa editorial e no Sistema de Informações Bibliográficas em Educação, Cultura e Desporto (SIBE). Com relação ao Sistema de Informações Bibliográficas, tratava-se de um "complexo de bibliotecas e centros de documentação especializados em educação" que tinha por objetivo desenvolver "tarefas descentralizadas de coleta, catalogação cooperativa e acesso à publicação", tendo como suporte um Banco Central de Dados. Junto à sua biblioteca-núcleo, foi instalado o Centro de

Informações Bibliográficas do MEC (CIBEC), ao qual soma-se uma rede de bibliotecas e centros filiados "que tanto alimentam o sistema como dele se beneficiam". Além desses esforços, prosseguiram os trabalhos de elaboração do Tesouro Brasileiro de Educação - BRASED (Costa e Ferreira, 1984, p. 246-247).

Com relação à ação do INEP, voltada especificamente para a pesquisa histórico-educacional, esta teve início também em 1984, quando o órgão implantou uma linha de apoio e fomento a pesquisas, dissertações e teses sobre a História da Educação Brasileira, principalmente aqueles baseados em fontes primárias e documentos inéditos. Com essa iniciativa o objetivo do INEP era buscar um *conhecimento mais profundo* nessa área de conhecimento, pois "a renovação teórico-metodológica apresentada pela pesquisa educacional e as modificações ocorridas na historiografia brasileira não redundaram em significativo número de estudos em história da educação..." (*Em Aberto*, setembro/outubro, 1984). Junta-mente com essa decisão, o INEP realizou, no período de 20 a 21 de setembro de 1984, um "Seminário sobre Historiografia e Educação", baseado "na constatação de que existem atualmente lacunas consideráveis na história da educação face ao desenvolvimento da historiografia contemporânea no Brasil" e tendo por objetivo suprir as "deficiências de intercâmbio entre pesquisadores desse campo" (*Em Aberto*, setembro/outubro, 1984).

Uma das principais preocupações desse Seminário foi quanto à problemática teórico-metodológica das pesquisas e que requeriam "uma avaliação" e o levantamento de possíveis alternativas para a pesquisa em História da Educação (*Em Aberto*, setembro/outubro, 1984). Dos debates resultou a ponderação da "necessidade de se repensar a história local,

estadual ou regional", entendendo esse direcionamento como "momento necessário de nossa história educacional, sem o que as especificidades da vida nacional não serão plenamente captadas" (*Em Aberto*, setembro/outubro, 1984).

Também merece registro, entre essas iniciativas do INEP visando estimular a pesquisa histórico-educacional, a publicação de um número do *Em Aberto* dedicado à História da Educação Brasileira e que teve por objetivo "gerar discussões que favoreçam a análise dos problemas enfrentados pelos educadores e historiadores na construção da memória educacional brasileira" (*Em Aberto*, setembro/outubro, 1984). Nessa publicação destacam-se os artigos de: Miriam Jorge Warde (1984), Luiz Antonio Cunha (1984) e de Jorge Nagle (1984). Ao final da edição a revista trouxe uma bibliografia específica sobre o tema.

Nessa mesma direção, em 1989, o INEP publicou "História da Educação Brasileira" (Brasília, INEP, 1989) - um catálogo bibliográfico que arrola os livros, dissertações, teses e artigos publicados com incidência direta sobre o assunto ou que possam ser de interesse para os pesquisadores da área.

Mais recentemente, em 1991, novamente o INEP publicou um novo número especial do *Em Aberto* (agosto, 1991) que se constituiu no principal balanço, se não da História da Educação Brasileira, pelo menos das principais posições teórico-metodológicas existentes e do debate travado no interior da historiografia educacional, com artigos de Miriam Jorge Warde, "Contribuição da História para a Educação"; de Ester Buffa, "Contribuição da História para o Enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos"; de Guacira Lopes Louro, "A História (Oral) da Educação: algumas reflexões"; de Eliane Marta Teixeira Lopes, "Uma contribuição da História para uma História da Educação"; e de Clarice Nunes, "História da Educação: Espaço do desejo".

Este resgate de alguns dos principais esforços realizados em torno da história educacional brasileira não seriam completos sem o registro das iniciativas empreendidas ou estimuladas pelo Grupo de Trabalho em História da Educação da ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação), criado em 1984, sob a coordenação de Ester Buffa, no transcorrer da VIIa. Reunião Anual da ANPED, realizada em Brasília. O surgimento desse GT é justificado pela "necessidade de maior domínio teórico-metodológico nas pesquisas em história da educação" (Alves, 1990, p. 3). Desde o primeiro momento, esse GT objetivou "o estudo da questão metodológica relativa à História da Educação no Brasil, articulado ao estudo das fontes existentes" (Alves, 1990, p.3).

Em 1985, na VIIIa. Reunião Anual da ANPED, realizada em São Paulo, face às dificuldades em se alcançar a formação de uma bibliografia básica, o GT de História da Educação decidiu por uma "função mais modesta": a "troca de experiências e discussão da produção científica entre seus participantes" (Alves, 1990, p. 3).

A pesquisa com fontes foi tornada prioritária do GT da ANPED em 1986, na IXa. Reunião Anual da ANPED (Rio de Janeiro), que previu para o plano de 1986/87 "o estudo das questões teórico-metodológicas de pesquisa em História da Educação, o levantamento de fontes e a formação de uma bibliografia básica em História da Educação no Brasil" (ANPED. Anais da IX Reunião anual). Isso indicava o interesse do GT em História da Educação, em preparar uma base de informação bibliográfica sobre a história da educação brasileira, objetivando contribuir com os pesquisadores da área, organizando informações quanto aos acervos, de forma a se poder dispor de um instrumento facilitador do acesso às fontes para as pesquisas.

Em 1989 foi realizada em São Paulo, na USP, a XII Reunião Anual da ANPED. Avançando na reflexão sobre novas metodologias, novas abordagens e novas alternativas para a pesquisa histórico-educacional, Clarice Nunes, em comunicação apresentada ao GT de História da Educação, se manifestou defendendo como "uma alternativa que se coloca face às características de certos acervos, como os fotográficos", a alteração da "perspectiva atual de valorização do texto frente a outros componentes informativos", de forma a que "possam complementar as explicações decorrentes das fontes tradicionais ou colocar novas indagações ainda não incorporadas pela historiografia da educação." (Nunes, 1989, p. 26).

Nesse mesmo encontro, com a reflexão de Luis Felipe Perret Serpa, foi colocado em debate a problemática do espaço-tempo histórico... dialética e teoria do caos... e educação. Sua intervenção apontou para a insuficiência "que a divisão em tempo estrutural, tempo conjuntural e cotidiano" traz "para o entendimento do espaço-tempo histórico", pois o debate realizado "não considera duas questões importantes: o observador e o problema da escala..." (Serpa, 1989).

Em 1990 deu-se a XIII Reunião Anual da ANPED, realizada em Belo Horizonte, na UFMG. Os debates no GT de História da Educação demarcaram mais claramente as dificuldades encontradas, na prática histórica, de compatibilizar diferentes referenciais teórico-metodológicos. Essa problemática transparece na tensão entre a concepção materialista dialética e a história das mentalidades, que na opinião da relatora, Clarice Nunes, não são concepções excludentes, mas que fomentam um fértil debate. De acordo com o relato, o GT "na pluralidade dos trabalhos", levantou várias questões de fundo, entre as quais se coloca a "dificuldade, na prática histórica, de

compatibilizar quadros teóricos que têm um ritmo, uma densidade, enfim uma história diferente". Essa problemática emerge "à medida em que a flexibilização das fronteiras dos conhecimentos provoca uma interpenetração de saberes que estão sendo construídos no âmbito da Sociologia do conhecimento, da Antropologia, da Psicanálise e da Literatura". Na prática científica, a tensão entre a concepção materialista histórica e a História das Mentalidades aparece como "busca de crítica rigorosa aos limites entre essas concepções, assim como uma tentativa de problematizar certas categorias básicas de nossa prática...", exemplo, as de tempo/espaço (Nunes, 1990b).

Além dos debates realizados no interior das Reuniões Anuais, que em geral giraram em torno das questões teórico-metodológicas da História Educacional Brasileira, o GT da ANPED estimulou a realização de dois trabalhos, ligados à problemática das fontes documentais e bibliográficas: a) o primeiro, coordenado por Clarice Nunes e que foi sumariado em artigo da autora (Nunes, 1990a); b) o seguinte, praticamente uma continuidade do primeiro, coordenado por Claudia Maria Costa Alves (Alves, 1990).

Além desses dois trabalhos, mais diretamente vinculados às fontes bibliográficas, é importante registrar que o debate no interior da ANPED, valorizando a pesquisa com novas fontes histórico-educacionais, vem produzindo algumas iniciativas de trabalhos de pesquisa: a) um Guia de Fontes de Documentação para a História da Educação na Bahia, vinculado à UFBA e comunicado por Maria Teresa de Lemos Vilaça; b) acervos fotográficos que estão sendo levados a cabo por dois grupos, na UFF e coordenado por Armando Martins de Barros e na UFBA e divulgado por Stela Borges de Almeida; c) a literatura como fonte do estudo da história da educação,

conduzido por Maria Regina Filgueiras Antoniazzi, da UFBA; d) relatos orais, como os trabalhos de Zeila Demartini (UNICAMP/USP) e de Guacira Lopes Louro (UFRGS).

O projeto de levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias da educação brasileira

Foi no bojo de todo esse debate travado no campo da história da educação brasileira, marcado por várias iniciativas fecundas, conforme caracterizado no item anterior, que emergiu o Projeto "Levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias da educação brasileira (para uso de historiadores da educação e outros pesquisadores)".

A iniciativa de formular um tal projeto surgiu em 1991 no interior do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", constituído em 1986 e aglutinando um grupo de doutorandos em Filosofia e História da Educação da UNICAMP, orientados pelo Prof. Dr. Dermeval Saviani. Inicialmente o grupo objetivava apenas sistematizar o processo de elaboração das teses de doutoramento, buscando com isso potencializar quantitativa e qualitativamente a sua produção. Desse esforço inicial em realizar uma produção significativa na área da História da Educação, pelas teses de doutorado, seguiu-se a proposta de constituição de um grupo coletivo de pesquisa.

Após a realização de vários encontros na Faculdade de Educação da UNICAMP, no decorrer de 1990, o grupo promoveu em 1991 o "Seminário sobre perspectivas metodológicas da investigação em História da Educação". Partindo das análises feitas sobre a produção histórico-educacional brasileira, levadas a cabo nesse seminário, foram tomadas duas decisões: a primeira foi quanto à formalização de um coletivo de

pesquisa em História da Educação que aglutinasse os integrantes do grupo e outros interessados, sediado na Faculdade de Educação da UNICAMP, sob a coordenação do Prof. Dr. Dermeval Saviani.

Além da formalização do Grupo, o debate sobre a produção histórico-educacional brasileira levou os participantes a concluírem que a escassez, dispersão e precariedade na organização e catalogação das fontes primárias e secundárias fundamentais à pesquisa histórica no Brasil, era o principal fator responsável por uma produção "reincidente, pouco criativa, pouco atualizada e, com frequência, apoiada em referenciais teóricos consagrados ou em voga no momento", conforme concluiu Miriam Jorge Warde em sua pesquisa sobre a produção dos programas de pós-graduação brasileiro (Warde, 1984, p. 3). Em vista disso, embora considerando o levantamento e catalogação bibliográfica e de fontes como um tipo de pesquisa intermediária e instrumental, posto que é o ponto de partida para o processo de investigação propriamente dito, o grupo tomou como *prioridade* a realização de um projeto de levantamento e catalogação das fontes documentais e bibliográficas, primárias e secundárias, fundamentais à pesquisa histórica na área da educação.

Essa pesquisa foi pensada em termos de um trabalho abrangente que envolvesse o maior número possível de Estados brasileiros e que estivesse aberta ao envolvimento de todas aquelas instituições universitárias ou de pesquisa dispostas a se integrarem a um esforço por resgatar a memória histórico-educacional, o mais exaustivo possível.

No entendimento do Grupo, não bastava, porém, o simples levantamento de fontes: pela amplitude territorial brasileira, era desejável que cada Universidade ou instituição integrada ao projeto constituísse um núcleo de pesquisa histórico-educacional.

cional, que teria como primeira atividade prática, ultrapassando a mera aglutinação para estudos e debates, o levantamento e a catalogação de fontes - uma tarefa que, por suas características, exige um permanente esforço de continuidade.

Em vista da amplitude territorial, da dimensão do projeto e da pluralidade de seus participantes, o esforço de conceituação foi o mínimo possível, dando-se grande margem de autonomia para os Grupos de Trabalhos Estaduais. Apesar desse respeito à autonomia de cada um dos Grupos de Trabalho, o projeto de pesquisa só seria viável se mantivesse um mínimo de uniformidade. Consensualmente, chegou-se a delimitar como aspectos básicos dessa uniformidade:

a) a adoção dos mesmos procedimentos metodológicos e das mesmas normatizações (explicitadas no projeto);

b) a utilização de um mesmo instrumento básico de trabalho em campo: uma ficha catalográfica padronizada;

c) a informatização dos acervos bibliográficos e documentais levantados e catalogados, optando-se pelo desenvolvimento de um programa ou sistema de computador específico para tal fim: um banco de dados bastante simples, que pudesse ser implantado em qualquer tipo de equipamento da linha PC e que não apresentasse grandes dificuldades operacionais.

Tendo por base esses aspectos, foi elaborada uma "matriz" geral do Projeto de Pesquisa, que deveria sofrer as adequações julgadas convenientes por cada um dos grupos de pesquisa (GT) dele participantes e que acabou resultando na elaboração de vários sub-projetos de pesquisa. Em linhas gerais, essa "matriz" foi redigida coletivamente e ficou constituída pelos seguintes itens: introdução, justificativa, objetivos da pesquisa, metodologia e técnicas de pesquisa, abrangência da

pesquisa e instituições envolvidas, pesquisadores e recursos humanos participantes do projeto, previsão dos recursos materiais e humanos necessários ao projeto, cronograma de trabalho e orçamento.

Antes de avançar um pouco mais na exposição, fazendo algumas reflexões sobre o projeto, convém registrar os principais aspectos caracterizadores dessa "matriz" global.

Dos objetivos da pesquisa

O objetivo geral do projeto ficou assim redigido: Levantar e catalogar as fontes primárias e secundárias da educação brasileira, por unidade federada, para a organização e publicação de um catálogo sobre o assunto, visando subsidiar os trabalhos de pesquisadores e instituições e a contribuir no resgate da memória da educação no Brasil.

Para efeitos de operacionalização, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: a) realizar um inventário dos acervos, elencados através de informações obtidas junto a historiadores, pesquisadores e professores da área educacional, depositários de fontes primárias e secundárias da educação brasileira; b) elaborar um instrumento básico de trabalho em campo: uma ficha catalográfica padronizada; c) realizar um treinamento para todos os catalogadores dos Estados envolvidos na pesquisa; d) efetuar o levantamento das fontes primárias e secundárias pertinentes à educação brasileira, por unidade federada; e) promover, em moldes informatizados, a catalogação da documentação levantada; f) centralizar na Faculdade de Educação - UNICAMP e nas instituições que tiverem grupo de trabalho participante do projeto, um Catálogo Nacional informatizado dos documentos pesquisados; g) publicar e divulgar um Catálogo de fontes primárias e

secundárias da educação brasileira, por Estados ou regiões, a partir do levantamento realizado; h) incentivar a constituição de Núcleos de Documentação histórico-educacionais nas Universidades co-participantes do projeto; i) incentivar a criação de arquivos públicos e privados e contribuir para a organização dos mesmos; j) promover intercâmbio com bibliotecas, arquivos e centros de documentação já existentes.

Da metodologia e das técnicas de pesquisa

Para que os objetivos propostos fossem alcançados, adotou-se os procedimentos técnicos usuais do trabalho arquivístico e bibliográfico, acrescidos e potencializados pelos recursos da informática. Seguem-se os procedimentos gerais que estão sendo utilizados para a identificação de arquivos, bibliotecas e centros de documentação e para o levantamento e catalogação de seus acervos:

1. O primeiro passo de execução da pesquisa tem sido a identificação - localização histórica e geográfica - de arquivos, centros de documentação e bibliotecas públicas e privadas em todas as unidades federadas envolvidas com o projeto e a realização de uma avaliação prévia de seus acervos, de acordo com critérios quantitativos (dimensões do arquivo em relação à parte explicitadamente educacional e pedagógica) e qualitativos (condições de acesso, estado de organização do arquivo, estado e potencialidades do material não explicitamente educacional e pedagógico). Para a identificação e avaliação dos acervos, tem sido utilizada uma "Ficha de Identificação das Unidades de Pesquisa", na qual são registradas todas as informações disponíveis da instituição e de seu acervo.

2. Identificadas as Unidades de Pesquisa e feita a avaliação de seus acervos, os GTs.

têm definido os arquivos e bibliotecas cujos acervos relativos à educação serão catalogados e organizados.

3. Selecionados os arquivos e bibliotecas, tem início o trabalho de levantamento e catalogação das fontes, em conformidade com critérios e delimitações estabelecidos por cada um dos Grupos de Trabalho.

O instrumento básico para a catalogação das fontes é uma ficha denominada "Ficha de Catalogação de Fontes", onde cada um dos campos devem ser preenchidos de acordo com as normas técnicas da ABNT e registram as seguintes informações de cada fonte: a) nos campos "autor(es)", "Título (e subtítulos) e "outras informações" é registrada a referência completa do(s) autor(es) e da fonte, segundo as normas da ABNT; b) no campo "resumo indicativo" os pesquisadores, após leitura atenta do livro e/ou documento, elaboram um resumo que torne possível a identificação do(s) assunto(s) de que trata; c) no campo "palavras-chaves", tendo em vista o conteúdo do livro e/ou documento expresso no "resumo indicativo", são registradas as palavras-chaves que melhor identificam a fonte, seguindo-se para tanto o Sistema de Classificação adotado como guia dos cabeçalhos de assunto da Bibliografia Brasileira de Educação, publicada pelo INEP; d) no campo "arquivo(s) biblioteca(s)" é indicado o local - biblioteca(s), arquivo(s) ou centro(s) de documentação em que a fonte se encontra disponível; e) no campo "período" registra-se o período histórico abrangido pelas informações que a fonte contém; f) no campo "área(s) do conhecimento" são registradas (conforme classificação das áreas de conhecimento, da CAPES) as áreas da educação que, preferencialmente, podem servir-se da fonte.

4. Feito o registro e organização das informações levantadas (e devidamente registradas na "Ficha de Catalogação de Fontes"), estas são processadas de maneira

informatizada. Para tanto, foi desenvolvido um programa ou sistema de computador específico para tal fim: esse programa usa como banco de dados o DBASE III, com menus que facilitam: a alimentação do banco de dados (por digitação ou cópia de disquete), a consulta em vídeo (por qualquer dos ítems de catalogação) e a impressão de relatórios para o pesquisador/usuário.

Com a informatização do levantamento e catalogação os benefícios para a pesquisa são inúmeros, sendo os mais importantes: a) a permanente alimentação do banco de dados, com a conseqüente atualização constante do Catálogo histórico-educacional; b) a centralização dos resultados e o intercâmbio de informações entre instituições e destas com os pesquisadores; c) consulta rápida por parte dos pesquisadores ao banco de dados, permitindo não somente a identificação das fontes, mas também sua localização.

5. Como as atividades do projeto estão sendo desenvolvidas por Grupos de Trabalho autonomizados por Estado, o intercâmbio das informações entre os GTs. e a centralização de todas as informações na Faculdade de Educação da UNICAMP, possibilitarão a catalogação das fontes mais expressivas num catálogo geral. Como o trabalho está sendo totalmente informatizado, haverá possibilidade de manutenção e atualização bibliográfica e arquivística constante, através da inserção de fontes que não foram ainda catalogadas; assim, sempre haverá possibilidade de consultar um catálogo (informatizado) o mais atualizado possível.

Apesar desses procedimentos serem gerais, não há como deixar de registrar que, tendo em vista as possibilidades (infra-estruturais, financeiras e de recursos humanos) de cada um dos Grupos de Trabalho, eles têm sofrido as adequações consideradas necessárias por cada uma das equipes estaduais envolvidas no Projeto e

desde que as adequações não inviabilizem a uniformidade mínima dos procedimentos.

Da abrangência da pesquisa e instituições envolvidas

Para atingir os objetivos propostos na pesquisa, foi criada uma estrutura e organização mínima, na qual a coordenação e centralização do Projeto nacional ficou a cargo da Faculdade de Educação da UNICAMP, que também sedia o grupo de trabalho para o Estado de São Paulo; para os demais Estados participantes do projeto, a pesquisa está sendo desenvolvida e coordenada por Grupos de Trabalho, em geral sediados em uma Instituição Universitária.

Até julho/94 o projeto foi implantado em 15 (quinze) Estados brasileiros, contanto com 17 (dezessete) grupos de trabalho organizados. Somente para registro, segue abaixo uma relação dos Estados onde a pesquisa já está implantada, a Instituição que sedia o GT e o nome do pesquisador Coordenador do Grupo de Trabalho Estadual:

DISTRITO FEDERAL: Faculdades Integradas da Católica de Brasília - Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; Coordenação do GT: Profa. Olgamir Francisco de Carvalho.

Estado de ALAGOAS: UFAL - Universidade Federal de Alagoas; Coordenação do GT: Profa. Dra. Ana Maria Moura Lins.

Estado da BAHIA: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação; Coordenação do GT: Prof. Dr. Luiz Felipe Perret Serpa.

Estado de GOIÁS: UFG - Universidade Federal de Goiás; Coordenação do GT: Prof. Dr. José Carlos Libâneo.

Estado do MARANHÃO: UFMAR - Universidade Federal do Maranhão; Coordenação do GT: Profa. Dra. May

Guimarães Ferreira.

Estado de MATO GROSSO: UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso; Coordenação do GT: Profa. Maria Benício Rodrigues.

Estado do MATO GROSSO DO SUL: UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Coordenação do GT: Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves.

Estado de MINAS GERAIS - Capital: UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais; Coordenação do GT: Profa. Dra. Ana Maria Casasanta Peixoto.

Estado de MINAS GERAIS - Triângulo Mineiro: UFU - Universidade Federal de Uberlândia; Coordenação do GT: Prof. José Carlos Souza Araújo.

Estado da PARAÍBA: UFPb - Universidade Federal da Paraíba; Coordenação do GT: Profa. Dra. Maria de Lourdes Barreto de Oliveira.

Estado do PARANÁ - Interior: UEM - Universidade Estadual de Maringá; Coordenação do GT: Prof. Dr. Sandino Hoff.

Estado do PARANÁ - Capital e Região Litorânea: Universidade Federal do Paraná; Coordenação do GT: Profa. Dra. Maria Elisabeth Blanck Miguel;

Estado de PERNAMBUCO: UFPe - Universidade Federal de Pernambuco; Coordenação do GT: Prof. Geraldo Barroso Filho.

Estado do RIO GRANDE DO NORTE: UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Coordenação do GT: Prof. Dr. José Willington Germano.

Estado de SANTA CATARINA: UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina; Coordenação do GT: Profa. Dra. Marli Auras.

Estado de SÃO PAULO: UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas; Coordenação do GT: Profa. Dra. Maria Luisa Santos Ribeiro.

Estado de SERGIPE: UFSE - Univer-

sidade Federal de Sergipe; Coordenação do GT: Profa. Dra. Marta Vieira Cruz.

Além desses Estados/Grupos de Trabalho, o projeto está em fase de implantação: no RIO GRANDE DO SUL, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Vale do Rio dos Sinos; no ESPÍRITO SANTO, Universidade Federal do Espírito Santo; PARANÁ - GT Londrina, Universidade Estadual de Londrina e no RIO DE JANEIRO, Faculdades Integradas Castelo Branco.

O registro dos Estados em que o projeto está implantado (ou em fase de implantação) se, por um lado, é um dado que positivamente denota a viabilidade de um Projeto de grande abrangência, é por outro lado revelador de que muito trabalho ainda se tem pela frente, inclusive a nível de organização de outros grupos de trabalho. Por isso mesmo, como a pesquisa está em processo de implementação e tendo em vista que implicará em um tipo de trabalho permanente de alimentação do banco de dados, *outros Estados e pesquisadores interessados em seu desenvolvimento têm sido contatados para ampliar ainda mais a abrangência do levantamento.*

Algumas reflexões sobre o Projeto de levantamento e catalogação

Conforme já se destacou anteriormente, para viabilizar um projeto com tal amplitude territorial e que, por isso mesmo, inevitavelmente implicava numa convivência plural entre seus participantes, foi muito pequeno o esforço de conceituação, dando-se grande margem de autonomia para os Grupos de Trabalhos Estaduais.

É evidente que um projeto de pesquisa como o proposto apresentou inúmeros problemas quando de sua delimitação e execução pelos Grupos de Trabalho. Algum desses problemas foram, sem dúvida, decorrência do pequeno esforço de concei-

tuação teórica, metodológica e/ou de ausência de delimitações de diversas ordens; outros problemas, porém, foram provocados por circunstâncias totalmente externas ao projeto e ao Grupo de pesquisa.

Entre esses problemas "externos" o que mais provocou entraves à viabilização do trabalho, colocando mesmo em risco a sua realização, foi a *dificuldade na obtenção de financiamento* para o projeto nacional e para muitos dos projetos estaduais que, em geral, foram justificadas pelo entendimento da parte de alguns (consultores?) órgãos de financiamento (notadamente o CNPq) de que não se tratava de uma pesquisa...

Poderíamos, face a essa afirmativa, ter comprado um interminável debate teórico-metodológico. Optamos por manter nosso entendimento de que o trabalho de levantamento e catalogação de fontes define-se, por sua própria natureza, como um trabalho de caráter histórico, não só pela concepção de história incorporada ao processo investigativo, como também pelo fato de que as fontes levantadas e catalogadas são históricas (Röhr e outros, 1993).

É possível que o entendimento dos Comitês Científicos das Agências Financiadoras (ou de seus consultores) se direcionasse para outro tipo de questionamento: se o simples levantamento e catalogação de fontes era suficiente para produzir conhecimento Histórico. Sobre este aspecto, mantivemos nossa postura inicial de entender que o levantamento e catalogação de fontes, por si só, não era suficiente para criar conhecimento histórico. Nosso ponto de partida foi a insatisfação com a História da Educação produzida, caracterizada como uma produção "reincidente, pouco criativa, pouco atualizada e, com freqüência, apoiada em referenciais teóricos consagrados ou em voga no momento" (Warde, 1984, p. 3). Foi dessa insatisfação (socializada no já referido Seminário, promovido pelo Grupo de

Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil") e da constatação quanto à escassez, à dispersão e à precariedade na organização e catalogação das fontes fundamentais à pesquisa histórica no Brasil, que nos propusemos a realizar essa tarefa.

Não foi nosso objetivo delimitar um novo campo de investigação ou uma nova linha de pesquisa. Entendendo esse tipo de trabalho como uma *pesquisa intermediária*, posto que cria as condições para o processo de investigação propriamente dito, o grupo considerou *prioritária* a sua realização, por se constituir num esforço *inicial*, porém necessário, para qualquer produção histórico-educacional que se proponha a estudar em profundidade e de forma não-reiterativa a educação brasileira. Para tanto, entendemos esse trabalho como uma contribuição para racionalizar os primeiros passos de qualquer investigação histórico-educacional, tanto no sentido de colocar à disposição um levantamento bibliográfico e documental, como no de reduzir a reincidência de pesquisas e trabalhos em torno dos mesmos temas e das mesmas fontes.

Apesar dessa posição da coordenação nacional do projeto, não poderia deixar de registrar aqui que esse trabalho tem gerado reflexões interessantes quanto à pesquisa com fontes, como a realizada pelo Grupo de Trabalho da Paraíba, que em seu relatório assim registrou seu entendimento quanto ao levantamento e catalogação das fontes da educação

Esta pesquisa assume a questão do conhecimento das fontes como uma condição para se fazer história da educação. Pressupõe que tais fontes existem em instituições públicas e privadas e sob a paixão de novos e velhos colecionadores; que as fontes existem em diferentes estados de organização e conservação e exigem atitudes de sintonia do pesquisador com

épocas diferentes daquela por ele vivida; que o trato com as fontes demanda conhecimentos da metodologia da história. Esse conjunto é desafiador e assustador, considerando-se de um lado a falta de políticas de conservação da memória e de implemento à cultura no Brasil, e de outro, a debilitação do sistema educacional, incluindo-se aí o ensino superior, responsável pela formação de pesquisadores" (Oliveira e outros, 1994, p. 4).

Assim entendendo a pesquisa com fontes histórico-educacionais, esse grupo de pesquisadores vinculou a preocupação com esse tipo de questão ao desenvolvimento da pós-graduação em educação no Brasil, pois foi com ela que "recriaram-se espaços férteis à crítica social e à educação" (Oliveira e outros, 1994, p. 5); ressaltam, porém, que o contraponto desse movimento está na precariedade de condições institucionais que dêem fôlego e agilização ao trabalho propriamente investigativo (Oliveira e outros, 1994). Entre outras limitações, apontam para a inexistência de "inventários amplos e temáticos, rigorosamente sistematizados, informatizados, da produção existente" (Oliveira e outros, 1994, p. 7).

Conforme explicitamos anteriormente, foi diminuto o esforço de detalhamento teórico-metodológico feito no Projeto Nacional, deixando muitas questões para serem equacionadas pelos Grupos de Trabalhos Estaduais. Conforme já observado anteriormente, apesar disso, um projeto com a abrangência pretendida, só seria possível se mantivesse um mínimo de uniformidade, centrada sobre os seguintes aspectos básicos: a) adoção dos mesmos procedimentos metodológicos e das mesmas normatizações; b) a utilização de uma ficha catalográfica padronizada; c) a informatização dos acervos bibliográficos e documentais, utilizando-se um mesmo e único programa de Banco de Dados.

Essa uniformização mínima parece ter

sido acertada pois, entre os principais problemas decorrentes do pequeno esforço de conceituação teórica e/ou de ausência de delimitações, os que mereceram maior atenção por parte dos grupos de pesquisa foram centradas, por um lado, quanto à *delimitação do objeto* a ser pesquisado e, por outro, quanto aos *procedimentos metodológicos e técnicos* adotados pela pesquisa.

Sobre as questão do *objeto* de pesquisa, o projeto foi originalmente pensado como uma exaustiva pesquisa de fontes, pois não havia condições, quando de sua elaboração, de uma definição rigorosa dos *tipos de fontes* que seriam pesquisadas. Em princípio, a multiplicidade das fontes da história (desde as iconográficas à história oral) eram passíveis de levantamento e catalogação. Nosso entendimento era de que o andamento da pesquisa e das discussões, levadas a cabo em cada um dos Grupos de Trabalho, iriam colocar os limites necessários quanto aos tipos de fontes que deveriam ser objeto do trabalho de levantamento e catalogação.

As delimitações e opções tomadas por dois Grupos de Trabalho, podem elucidar o tratamento que foi dado à questão do objeto: as tomadas pelo GT da Paraíba e pelo GT de Pernambuco. Com relação ao GT da Paraíba, como uma decorrência de uma primeira delimitação, decidiram pela priorização das *fontes bibliográficas* (livros, periódicos, legislação educacional e relatórios municipais, constantes dos acervos de bibliotecas públicas).

Ao delimitar a fonte bibliográfica como objeto de investigação, o GT da Paraíba a tomou como um documento que registra a história, interessando particularmente o *conteúdo* existente na bibliografia - opção que foi tomada com base no artigo "O livro - uma mudança de perspectiva", de Roger Chartier e Daniel Roche (In Le Goff e Nova, 1988).

Feita a opção pela fonte bibliográfica, o GT da Paraíba entendeu que outra delimitação do objeto ainda se impunha: na medida em que tudo tende a ser histórico e/ou tornar-se histórico, era necessário fazer opção das fontes cujo conteúdo interessavam à história da educação. Não tendo parâmetros definidos *a priori*, o GT entendeu que o melhor caminho era seguir as sinalizações encontradas nas próprias fontes: fatos escolares e não escolares que apontassem uma ação educacional passada ou em curso, legislação e políticas educacionais e de ensino, memórias e apreciações sobre o cotidiano escolar (de épocas passadas e presentes), atos governamentais relativos à escola, documentos oficiais sobre educação e sobre seus atores (professores, alunos, inspetores, diretores, etc.). Foi a partir dessas sinalizações, que a equipe produziu um arrolamento das fontes que poderiam interessar à pesquisa:

a) obras que falem da educação escolar e não escolar; b) obras de educação consideradas raras; c) obras de historiografia da educação; d) obras de historiografia e de cultura da Paraíba; e) obras didáticas, produzidas especialmente para fins de ensino, para qualquer dos seus níveis e para qualquer disciplina; f) obras de época, da lavra de personalidades que tiveram/têm presença na educação e que escreveram/ escrevem com destinação a educadores; g) obras biográficas de educadores e personalidades envolvidos com a política e a ação educacional; h) cartas pastorais sobre a questão educacional; i) obras que tratem do Estado e de suas políticas públicas de educação; j) memórias de escolas, colégios, mestres; l) rituais da prática educativa e congêneres; m) reformas educacionais e legislação de ensino; n) relatórios sobre escolas e registros oficiais sobre o professor" (Oliveira e outros, 1994, p. 10).

Essas aproximações, porém, não excluíram outras questões relativas aos

limites do objeto, que permaneceram quanto à definição das obras de contexto histórico, sociológico e de formação do pensamento pedagógico. De forma geral, a tendência do GT da Paraíba foi de centrar esforços sobre fontes que incidiam sobre aspectos mais específicos da História da Educação, entendendo que, com este procedimento, a necessária delimitação do objeto de investigação ainda não havia ficado adequadamente equacionada.

Apesar da opção pelas fontes bibliográficas e da busca por estabelecer os limites do objeto, o relatório do GT da Paraíba registra que foi no

corpo a corpo dos pesquisadores com as obras... e a permanência no próprio campo da pesquisa que permitiram chegar-se a um esquema de trabalho que delimitasse as obras e os conteúdos sobre a história da educação" (Oliveira e outros, 1994, p. 21).

Em outras palavras, foi a leitura das obras "que permitiu ir definindo sinalizações do objeto de pesquisa... foi colocando elementos para a estruturação da metodologia do trabalho com a fonte" (Oliveira e outros, 1994, p. 21).

O outro GT que tomaremos como exemplo de tratamento dado à questão do objeto é Pernambuco. O GT de Pernambuco registra que, face ao mar de "fontes" encontradas, uma primeira delimitação necessária foi de concentrar os trabalhos em torno do "universo denominado *fontes documentais*" (Röhr e outros, 1993, p. 5).

Uma segunda delimitação quanto ao objeto, também registrada no relatório, direcionou-se para as agências/agentes produtoras das fontes. Entendendo que muitas agências/agentes produzem fontes documentais, o grupo deliberou que "limitar o educacional ao escolar seria empobrecer a multiplicidade de expressões /experiências/ concepções que cercam o fenômeno

educativo" (Röhr e outros, 1993, p. 5). Assim sendo, optaram por "deixar ampliado o universo pesquisado, buscando - na dependência dos acervos escolhidos - as diferentes manifestações/expressões do educacional" (Röhr e outros, 1993, p. 5). Porém, essa opção em deixar aberto o universo da pesquisa merece registro:

... essa opção revelou-se incapaz de superar um dado de realidade que escapa ao controle do pesquisador. Constatou-se com relativa rapidez, já nos primeiros acervos pesquisadores, que o educacional se confunde... com o escolar; ou seja, que o grande produtor de fontes para a história da educação é, sem dúvidas, o *escolar*, o espaço privilegiado - embora não exclusivo - da educação. (Röhr e outros, 1993, p. 5).

Uma terceira delimitação feita pelo GT de Pernambuco: não submeter as fontes a limites temáticos ou temporais/cronológicos, o que levou ao levantamento e catalogação de *todas* as fontes encontradas, atitude que tem propiciado:

o conhecimento de um universo de abordagens/temas/conteúdos extremamente desafiante e estimulador. Desafiante e estimulador porque, acima das 'escolhas' ideológicas e temáticas, abria ao pesquisador uma oportunidade única de ver desfilar perante seus olhos toda a produção documental que coubesse no interior das amplas fronteiras estabelecidas metodologicamente, e o obrigava a pensar sobre a produção das fontes, tal como elas ocorriam, sem uma seleção limitadora (Röhr e outros, 1993, p. 6).

A partir dessas opções, o GT de Pernambuco registra que,

na medida em que o trabalho não se desenvolveu em torno de temas ou épocas precisas, a pesquisa desenvolveu-se na direção de esgotar acervos... considerados

fundamentais para o levantamento da história da educação; acervos considerados depositários da fatia mais privilegiada dessa história (Röhr e outros, 1993, p. 6).

Com relação às questões relacionadas aos *procedimentos metodológicos e técnicos* adotados no projeto, apesar de o Projeto Nacional tê-los tomado como simples (pois resumia o trabalho do pesquisador à busca de documentos/textos de interesse para a história da educação brasileira, no preenchimento das fichas catalográficas e na elaboração de um catálogo informatizado que desse ao usuário uma idéia precisa de seu conteúdo, natureza e localização e de ter sido adotada a já referida uniformização, o relatório do GT de Pernambuco traz várias questões reflexivas com relação a esses procedimentos.

A primeira delas manifesta o inconformismo dos pesquisadores com a rotinização que o trabalho de levantamento e catalogação das fontes lhes impunha: "os pesquisadores não se conformavam com a rotinização que os fazia meros 'fichadores' afastados das problematizações que as próprias fontes catalogadas começavam a colocar" (Röhr e outros, 1993, p. 7).

Uma segunda questão posta pelos pesquisadores de Pernambuco diz respeito à significância dos textos/documentos que deveriam ser catalogados pelos pesquisadores, que se interrogavam "sobre o que era significativo, o que cabia fichar e o que deveria ser desprezado" (Röhr e outros, 1993, p. 7).

Ainda outra questão emergiu na análise dos procedimentos metodológicos adotados pela pesquisa: como a catalogação implica na leitura dos textos/documentos e elaboração de um Resumo Indicativo dos mesmos, esta tarefa revelou a *subjetividade* nela implicada, pois "cada um dos pesquisadores fazia, evidentemente, o *seu* resumo, produto da *sua* leitura". Não se

tratava, apenas, de diferentes formações acadêmicas, mas de "perspectivas teóricas diversas, entendimentos diferentes e diversificados" (Röhr e outros, 1993, p. 7). Apesar de no Projeto Nacional termos evitado a discussão da questão da *objetividade versus subjetividade*, o relatório de Pernambuco colocou-a no centro do debate:

(...) A bibliografia específica que era utilizada como referência afirmava a característica neutra, imparcial ou *objetiva* do RL...; ou seja, apontava para uma *descrição*, sem outras informações a não ser aquelas estritamente necessárias para dar ao usuário uma idéia mínima do conteúdo da fonte. A este aporte da biblioteconomia confrontavam-se, em paralelo, duas questões. Em primeiro lugar, sobre a possibilidade... de tal neutralidade/objetividade em se tratando de um trabalho de Leitura. O argumento mais poderoso apresentado afirmava que o trabalho de leitura era, por sua própria natureza, interpretação, análise... e que, por sua natureza intrínseca, não haveria como submeter as leituras a regras/padronizações homogêneas. Em segundo lugar, criticava-se o 'desperdício' que significava ver desfilar diante de seus olhos a extensa produção documental e impor ao pesquisador o seu silêncio, desprezando a pluralidade de visões que, em tudo, enriqueceria o trabalho de pesquisa (Röhr e outros, 1993, p. 7-8).

A impossibilidade de se alcançar a pretendida neutralidade/objetividade (notadamente na elaboração dos resumos indicativos) levou à decisão do GT de submeter os Resumos "aos limites do bom senso... preservando a riqueza que poderia advir da liberdade dos pesquisadores em resumir as fontes por eles apreciadas" (Röhr e outros, 1993, p. 7-8).

Essa decisão do GT de Pernambuco em submeter os Resumos Indicativos ao "bom senso", porém, não se deu motivada por

uma atitude voluntarista, mas foi cercada de uma fecunda reflexão teórica, como revela o trabalho de Geraldo Barroso, "Reflexões em torno do trabalho com fontes para a História da Educação" (Barroso, 1993). A reflexão é iniciada pelo resgate do debate da problemática da objetividade/ subjetividade da atividade do pesquisador em História para as concepções positivista e marxista de história. Contrapondo-se à perspectiva positivista, Barroso resgata a contribuição de Goldman e Schaff. Para Goldman:

Nas ciências humanas não basta, pois, como acreditava Durkheim, aplicar o método cartesiano, pôr em dúvida verdades adquiridas e abrir-se inteiramente aos fatos, pois o pesquisador aborda muitas vezes os fatos com categorias e pré-noções implícitas e não conscientes que lhe fecham de antemão o caminho da compreensão objetiva (Goldman, 1988, p. 33),

colocando assim em relevo o papel do historiador como sujeito que conhece e a especificidade metodológica das Ciências Sociais.

Na mesma direção, é resgatado Adam Schaff, para o qual,

não há (...) fatos brutos; estes, por definição, não podem existir. Os fatos com que lidamos na ciência, e mesmo em geral no conhecimento, trazem sempre a marca do sujeito. Desta forma, o fato histórico ... por um lado, do ponto de vista do seu estatuto ontológico, é um fragmento da história acontecida e, por outro lado, do ponto de vista do seu estatuto gnosiológico, o produto da interação específica do sujeito com o objeto...(Schaff, 1978, p. 234).

Com base nessas análises, Geraldo Barroso entende que

diferentemente do ideário cientificista que sacralizava o 'documento' como repositário objetivo da verdade histórica e que, por isso,

reduzia o trabalho do pesquisador à caça de fontes e à discussão sobre a 'veracidade dos documentos', deve-se entender que na produção da ciência histórica é impossível separar o historiador dos materiais com os quais ele trabalha, num processo de contínua interação (Barroso, 1993, p. 4).

A partir dessas considerações, com relação à pesquisa com fontes, Barroso busca estabelecer a *delimitação do objeto de investigação* com base em parâmetros *metodológicos* e que para ele implica, antes de mais nada, numa concepção quanto às próprias fontes:

... fontes históricas não são coisas neutras; são discursos/expressões de agentes/sujeitos sociais concretos, contextualizados, submetidos a determinadas relações sociais vigentes em tempos e espaços determinados. Conseqüentemente, fontes são produtos permanentes das ações/reflexões humanas no cotidiano da vida social; nesse sentido, são *inesgotáveis*... Logo, a *delimitação* das fontes é uma exigência metodológica que se impõe... ficando implícita a impossibilidade de exaurir a coleta de fontes e, principalmente, fazer um levantamento exaustivo sem se determinar, inicialmente, de que fontes se fala e para quê buscá-las... (Barroso, 1993, p. 5).

A questão da delimitação das fontes se impõe, também, "porque as fontes não possuem existência própria"; ao contrário, elas "são constituídas pelos historiadores, que as selecionam e lhes dão voz, num processo de escolha no qual condenam infinitas quantidades de fontes potenciais... ao silêncio-esquecimento" (Barroso, 1993, p. 5).

Para a pesquisa histórico-educacional o inventário da produção já dada é uma etapa necessária para indicar caminhos para se reescrever histórias e justificar o trabalho de levantamento e catalogação de fontes documentais. Assim sendo, uma pesquisa de

levantamento e catalogação de fontes, explícita ou implicitamente, indica "a insatisfação com a história que se escreveu até aqui" (Barroso, 1993, p. 5).

Observações finais

Apesar dos limites de um projeto como este, assim como das dificuldades dele decorrentes, há um *mérito* fundamental na iniciativa: a formação de grupos voltados à pesquisa da História da Educação nas diversas regiões do Brasil e que, a partir do levantamento e catalogação de fontes, "descobrem" várias possibilidades temáticas que inovam a pesquisa histórico-educacional.

Neste sentido, é expressivo o registro feito no relatório do Grupo de Trabalho da Paraíba de que o

acercamento dos pesquisadores e auxiliares às obras e ao seu conteúdo tem permitido que figuras até então conhecidas apenas como nomenclaturas de instituições escolares ganhem significação humana" [e que os] feitos de personalidades conhecidas da histórica local passam a ser melhor vistos na ótica do fato histórico, que traz impacto social a uma comunidade (Oliveira e outros, 1994, p. 11).

Outro ponto relevante do projeto e que merece ser registrado reside no fato de que o levantamento e catalogação de fontes da educação brasileira é, em si mesmo, detonador de interesses de pesquisa e, neste sentido, uma forma efetiva de formação em História da Educação. O envolvimento de professores, pesquisadores e alunos com a pesquisa com fontes têm possibilitado uma relação criativa e crítica destes com os sujeitos da ação histórica e, mais que isso, da manipulação das fontes históricas, o passado passa a ser tomado como algo vivo e dialogante com o presente. Melhor

dizendo, a manipulação das fontes possibilita "resgatar o vivo que o passado tem, o vivo que a fonte guarda", de forma tal que a relação passado-presente possa ser apreendida "de forma viva e desfeticizante". É esclarecedor, a esse respeito, o depoimento constante do relatório do Grupo da Paraíba:

detonadora de interesses de pesquisa... No sentido da formação estaria o fato observado de pesquisadores e bolsistas conhecerem nomes de escolas locais... ou até terem trabalhado nelas, mas não terem, até então, tido acesso à significação humana daquelas personalidades, reduzidas... a meros rótulos de nomeação da escola. ... Nomes como D. Adauto e de D. Moisés Coelho, como nomenclatura de escolas, ligados às cartas pastorais que escreveram, permitiram que se estabelecesse uma relação do presente com o passado, que se conhecesse o teor da qualidade humana dessas personalidades, tornando diretas muitas 'lições' aprendidas de 'segunda mão', de forma genérica. O acesso às fontes dá outro conteúdo aos nomes, reaviva a seiva humana que as personalidades tinham e que tinha sido perdida em sumárias nomenclaturas de escolas.

Estes momentos de contato com o objeto tornaram a pesquisa uma forma pedagógica ímpar, tanto no sentido de resgatar o vivo que o passado tem, o vivo que a fonte guarda, quanto no de sensibilizar os alunos para perceber a relação passado-presente de forma viva e desfeticizante. Essa é uma pedagogia ativa e humanizadora com o passado e com o presente, com a memória e com a crítica, com as fontes que testemunham o passado remoto e com mais fontes que podem ser criadas para testemunhar o momento de hoje. (Oliveira e outros, 1994, p. 11-12).

Estas observações, decorrentes do trabalho de levantamento e catalogação das fontes, necessariamente nos remetem às observações de Marc Bloch e outros

intelectuais ligados à Escola dos "Annales", quanto ao reconhecimento da ligação indissolúvel e necessária entre passado e presente no conhecimento histórico.

Referências Bibliográficas

- Alves, C. M. C.. (1990). Projeto de Levantamento bibliográfico em História da Educação. Niterói: Universidade Federal Fluminense. (mimeogr.)
- Alves, G.L. e L.A. Galinari. (1987). *Catálogo bibliográfico da educação sul-mato-grossense*. Campo Grande : FUFMS.
- Buffa, E. (1991) Contribuição da história para o enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos. *Em Aberto*, agosto, 13-19.
- Cairo, F. da G. (1978). Para uma história da Educação brasileira: Perspectivas duma pesquisa histórico-pedagógica (a propósito de um novo acervo documental). *Revista da Faculdade de Educação*. (Universidade de São Paulo), 4(1), 35-61.
- Cairo, F. da G. (1979). Para uma história da educação brasileira: Perspectivas duma pesquisa histórico-pedagógica (a propósito de um novo acervo documental). *Revista da Faculdade de Educação*. (Universidade de São Paulo), 5 (1/2), 119-154.
- Costa, L. C. e Ferreira B. (1984). INEP - Novos rumos e perspectivas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 65 (150), 241-54.
- Cunha, L. A. (1984). Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil. *Em Aberto*. III (23), 7-26.
- Goldman, L. (1988). *Ciências Humanas e Filosofia*. Rio de Janeiro : Editora Bertrand Brasil S.A.
- Gouveia, A. J. (1971). A Pesquisa educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 55 (122), 209-241.
- Gouveia, A. J. (1985). Orientações Teórico - Metodológicas da Sociologia da Educação no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. (55), 63-67
- Le Goff, J. e Nova, P. (1988). *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lopes, E. M. T. (1991). Uma contribuição da História para uma História da Educação. *Em Aberto*. Agosto, 29-35.
- Louro, G. L. (1991). A História (Oral) da Educação: Algumas reflexões. *Em Aberto*. Agosto, 21-28.
- Nagle, J. (1984). História da educação brasileira: Problemas atuais. *Em Aberto*. III (23), 27-29.
- Nunes, C. (1989). *Guia Preliminar para a História da Educação Brasileira: Reconstituição de uma experiência*. Rio de Janeiro : PUC.

- Nunes, C. (1990a) Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira: Reconstituição de uma experiência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 71 (167), 7-31.
- Nunes, C. (1990b). Relatório conclusivo das atividades do GT de História da Educação. XIII Reunião Anual da ANPEd. Belo Horizonte : UFMG.
- Nunes, C. (1991). História da Educação: Espaço do desejo. *Em Aberto*. Agosto, 37-45.
- Oliveira, M de L. B. e outros. (1994). Relatório Parcial de Pesquisa - Levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias da educação no Estado da Paraíba. João Pessoa : UFPb.
- I Encontro Nacional de Núcleos de Pesquisa e Documentação em História da Educação Regional. Niterói (1988) : Universidade Federal Fluminense, Faculdade e Mestrado em Educação. Conclusões Finais - documento datilografado.
- Projeto de Pesquisa: (1992). Levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias da educação brasileira. Campinas: UNICAMP, Faculdade de Educação, Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil".
- Rodrigues, J. H. (1979). *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica*. São Paulo: Martins Fontes, (5a. ed.)
- Röhr, F. e outros. (1993). Relatório de Pesquisa. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- Schaff, A. (1987). *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Serpa, L. F. P. (1989). Texto Preliminar. Salvador : UFBA, Mestrado em Educação.
- Venâncio Filho, F. (1945). Fontes para a História da Educação no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 5(15): 369-74.
- Warde, M. J. (1984). Anotações para uma historiografia da educação brasileira. *Em Aberto*. III (23), 1-6.
- Warde, M. J. (1991). Contribuição da História para a Educação. *Em Aberto*, Agosto.